

**LDOs de seis cidades projetam R\$ 19 bilhões em receitas para 2027**

# LDOs de seis cidades projetam R\$ 19 bilhões em receitas para 2027

Valores sobem 10,79% em comparação às propostas aprovadas no ano passado; S.Caetano envia texto à Câmara somente em agosto

**BRUNO COELHO**  
brunocoelho@dgabc.com.br

Seis das sete cidades do Grande ABC projetam arrecadar R\$ 18,9 bilhões em 2027, conforme as propostas de LDOs (Leis de Diretrizes Orçamentárias). Os textos já foram aprovados em Santo André e Mauá, enquanto os vereadores de São Bernardo, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra discutirão as matérias brevemente. Em Diadema, o debate segue até metade de julho. Na região, apenas São Caetano ainda não iniciou a tramitação, pois a Lei Orgânica Municipal permite o envio da redação ao Legislativo até 31 de agosto.

As propostas em tramitação preveem crescimento de 10,79% em relação às receitas estimadas para este ano, de R\$ 17,1 bilhões, considerando os seis municípios. O percentual supera em mais do que o

dobro a inflação acumulada em 12 meses pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que ficou em 4,72% em maio. A LDO estabelece metas fiscais, prioridades de investimento e diretrizes para a aplicação dos recursos públicos, servindo de base para a LOA (Lei Orçamentária Anual), normalmente votada pelas Câmaras no fim de cada exercício.

São Bernardo segue sendo o município da região com maior projeção orçamentária. A estimativa de receita para 2027 é de R\$ 7,7 bilhões, ante R\$ 7 bilhões estimados para 2026, aumento de 10,1%. Do montante, a administração direta prevê R\$ 7,1 bilhões, englobando R\$ 4,9 bilhões de caixa no tesouro municipal, além de R\$ 692 milhões em repasses estaduais e R\$ 681,6 milhões federais. Mesmo na in

terveniência do período de recesso parlamentar de julho, vereadores não devem votar a proposta na sessão de hoje.

Em Santo André, o Parlamento aprovou, na semana passada, as diretrizes orçamentárias, com projeção de R\$ 5,6 bilhões, aumento de 7% aos R\$ 5,3 bilhões deste ano. Segundo a redação, a administração direta deve receber R\$ 4,5 bilhões, dos quais R\$ 2,9 bilhões são recursos projetados para o tesouro municipal. O governo também apontou transferências e convênios estaduais na escala de R\$ 504 milhões, enquanto que os repasses oriundos de Brasília alcançam R\$ 736 milhões.

Os vereadores de Mauá aprovaram ontem, em definitivo, a LDO de 2027, que aponta receita total de R\$ 2,2 bilhões para o próximo exercício, alta de 22,57% em relação ao R\$ 1,8 bilhão previsto para este ano. O texto estabelece as



SÃO BERNARDO. LDO prevê R\$ 7,7 bilhões em receitas para 2027

metas e prioridades da administração municipal, estimando arrecadação de R\$ 560,3 milhões em impostos, taxas e contribuições de melhorias e R\$ 1,1 bilhão em transferências correntes.

Única cidade a adentrar os trabalhos regulares do Legislativo em julho, Diadema já marcou as sessões para primeira e segunda discussão da proposta de diretrizes orçamentárias: dias 8 e 16 do próximo mês. A redação pressupõe meta de R\$ 2,4 bilhões, majoração de 15% em relação ao texto anterior, de R\$ 2,1 bilhão. O aval à proposição abrirá caminho para a LOA, que precisa ser enviada pelo Executivo aos 21 vereadores até 30 de setembro.

Em Ribeirão Pires, o Parlamento realizou audiência pú-

blica sobre a LDO na última segunda-feira, permitindo que os vereadores possam votar proposta em discussão única. A matéria estabelece meta arrecadatória de R\$ 634 milhões para 2027, variação positiva de 4,77%, em comparação aos R\$ 605,1 milhões calculados para 2026. Para o ano que vem, a administração direta projeta R\$ 572,9 milhões, sendo R\$ 174,9 milhões oriundos de tributos municipais, como IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e ISS (Imposto sobre Serviços).

A Câmara de Rio Grande da Serra realiza hoje a segunda votação da LDO de 2027, estimada em R\$ 181,4 milhões, uma regressão de 2,36% às cifras de R\$ 185,7 milhões calculadas para o atual exercício.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

**Seção:** Política **Página:** 3